



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DO MINISTÉRIO DA CULTURA

PROCESSO N° 01400.008903/2023-93

PREGÃO ELETRÔNICO N° 11/2023

FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA (FORD), sociedade empresária de responsabilidade limitada, inscrita no CNPJ sob n.º 03.470.727/0004-73, com sede na Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1336, Térreo, Vila Olímpia, CEP 04548-004, São Paulo/SP, por seu representante legal que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

de **PREGÃO ELETRÔNICO** em epígrafe, com fundamento no artigo 24 do Decreto Federal n° 10.024/2019 c/c § 2º¹ do artigo 41 da lei 8.666/1993 - aplicável por força do artigo 9º² da Lei federal n° 10.520/2002 -, assim como nos termos da Cláusula 24.1³ do instrumento convocatório (edital) e pelos fundamentos a seguir apresentados nesta petição.

¹ Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

² Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

³ 24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E QUESTIONAMENTOS

24.1. Até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

1. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

1.1. Inicialmente se comprova a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública está prevista para ocorrer às 09h00min do dia 04/12/2023, tendo sido, portanto, respeitado o prazo de 03 (três) dias úteis previsto no edital e nas leis de regência.

1.2. Destaca-se que não há distinção na regra de contagem de prazos para frente com relação à contagem regressiva na Lei de licitações, nem no Código Civil, cuja regra é idêntica à adotada nos certames licitatórios. Assim é o teor do artigo 132 da Lei 10.406/2002⁴ (Código Civil). Portanto, Independentemente da contagem dos prazos ser para frente ou para trás, exclui-se o primeiro, que é dia do evento, publicação ou ato de origem da contagem e inclui-se o último que é o dia em que pode ser executado o objeto da contagem do prazo.

1.3. Assim, pela regra estabelecida no artigo 110 da Lei Federal n.º 8.666/1993, o termo inicial é a data da abertura da Sessão, ou seja, *in casu*, no dia 04/12/2023. Este dia não deve ser computado, pois é o dia do início, assim como os feriados, sábados e domingos. Assim, o Primeiro dia útil é 01/12/2023; o Segundo dia útil é 30/11/2023; e o Terceiro dia útil é 29/11/2023.

1.4. Dessarte, demonstrada cabalmente a tempestividade da presente impugnação, passamos a expor e fundamentar os fatos que conduzem à necessidade de alteração dos termos do edital.

2. DA MOTIVAÇÃO

2.1. A **FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA**, doravante denominada **FORD**, empresa com excelente tradição de mais de cem anos no mercado automotivo mundial, interessada no objeto do edital em referência, nesta oportunidade apresenta fatos que entende serem pertinentes para conduzir a alteração do instrumento convocatório em apreço.

2.2. Isso, pois, após detida análise dos termos do edital e respectivos anexos, a **FORD** verificou a existência de certas exigências que frustram o caráter competitivo do certame, impondo condições mínimas que desfavorecem a participação ampla de licitantes que, destaca-se, possuem total condição de atendimento do objeto pretendido sem quaisquer prejuízos a essa R. Secretaria.

⁴ Art. 132. Salvo disposição legal ou convencional em contrário, computam-se os prazos, excluído o dia do começo, e incluído o do vencimento. (...)

§ 1º Se o dia do vencimento cair em feriado, considerar-se-á prorrogado o prazo até o seguinte dia útil.

2.3. Com efeito, se propõem que o Senhor Pregoeiro e respectiva comissão, agindo nos interesses da Administração Pública, analisem os fatos que ora se apresentam e, após a realização do juízo de conveniência e oportunidade que é inerente dos atos discricionários da Administração, ajustem, se assim entenderem ser suscetível, as exigências constantes no edital aos ditames e princípios gerais das Leis - em especial aos do Estatuto Licitatório (Lei Federal nº 8666/93)- e da Constituição Federal.

2.4. A supracitada proposta de alteração editalícia tem como enfoque principal colaborar com a Administração Pública na aplicação da regra e sanar as irregularidades/vícios que injustificadamente restringem a competitividade do certame e, por conseguinte, propiciar o aumento do universo de licitantes e da gama de produtos que poderão ser ofertados.

2.5. Pois bem, realizado o pequeno prelúdio das intenções da presente impugnação, realizar-se-á, a partir de então, a exposição da(s) cláusula(s) que a **FORD** entende ser carecedora(s) de reparos, bem como as devidas motivações fáticas/jurídicas que embasam a plausividade das eventuais alterações, aguardando, ao final, que ocorra o acatamento dos argumentos expostos e o deferimento do quanto requerido.

3. DOS FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO

3.1. DO MÉTODO RESTRITIVO DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DAS EMPRESAS LICITANTES.

3.1.1. Reputa-se como restritiva a Cláusula 9.13.3.1 que trata das regras para habilitação econômico-financeira dos licitantes nos seguintes termos:

9.13.3.1. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão **comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

3.1.2. Como se pode depreender da cláusula acima mencionada o edital estipula que a análise da qualificação econômico-financeira das empresas licitantes ocorrerá através da comprovação de valores do **patrimônio líquido** em patamares relacionados ao valor estimado da contratação.

3.1.3. Como é de conhecimento, a finalidade desse tipo de exigência visa aferir a idoneidade financeira das empresas licitantes. Em outras palavras, o objetivo é prevenir a Administração Pública de empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro que participem e vençam o



certame para, após, descumprirem com a execução contratual por não apresentarem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

3.1.4. Sendo assim, exigir que os interessados na licitação atendam a alguns métodos avaliativos para essa comprovação não representa um ato abusivo ou ilegal, desde que o patamar seja proporcional ao objeto da licitação e seus métodos sejam eficazes, pois a capacidade financeira deve ser aferida de acordo com as características do certame.

3.1.5. Porém, no entender da **FORD** o método avaliativo contido no presente edital pode não atender aos efetivos anseios públicos e legais pretendidos e, por outro lado, acabar involuntariamente criando restrições à competitividade do processo licitatório.

3.1.6. Isso porque a Lei de Licitações estabeleceu um rol taxativo das regras para a avaliação da "boa situação financeira" das empresas licitantes, de modo a permitir que a Administração Pública escolha o método que melhor se ajuste ao tipo de objeto da licitação.

3.1.7. Portanto, o conceito de "boa situação financeira" deve se enquadrar em um contexto maior sobre a circunstância fático-jurídica que avalie a qualificação econômico-financeira das empresas para assegurar a correta execução de um contrato administrativo. Entretanto, o ponto crucial de toda a questão se volta para o seguinte ponto: o que é boa situação financeira?; e mais, esta "boa situação" revela o anseio da Administração em contratar empresa que assegure o cumprimento contratual?

3.1.8. Em respaldo a tais questões, o Artigo 31 da Lei Federal n. 8.666/93 expressamente elencou as possíveis formas de avaliação. E nesse rol há, dentre outros, os §§ 2º e 3º⁵ que permitem a análise através de comprovação de capital social OU patrimônio líquido.

3.1.9. Dessa forma, resta claro que o intuito da Lei de Licitações é que se amplie o universo de potenciais licitantes, admitindo que as empresas que eventualmente não tiverem índices financeiros **apresentarem capital social mínimo** **OU patrimônio líquido, nos termos do Estatuto Licitatório.**

⁵ Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 2º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer, no instrumento convocatório da licitação, a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, ou ainda as garantias previstas no § 1º do art. 56 desta Lei, como dado objetivo de comprovação da qualificação econômico-financeira dos licitantes e para efeito de garantia ao adimplemento do contrato a ser ulteriormente celebrado.

§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

3.1.10. Contudo, em que pese a expressa previsão legal que permite uma ampla possibilidade de "índices" avaliativos, apenas uma das hipóteses foi adotada na atual redação do instrumento convocatório, resultando em uma potencial redução competitiva da licitação.

3.1.11. Nesse sentido, a doutrina de Marçal Justen Filho, em sua consagrada obra, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12.ª edição, Editora Dialética, São Paulo, 2008, fls. 455, assim diz sobre orientações do Tribunal de Contas da União - TCU:

A orientação restritiva do TCU: O TCU vem manifestando orientação no sentido de evitar a consagração de exigências amplas, no tocante à qualificação econômico-financeira. Assim, há decisão no sentido que apenas quando os índices do balanço patrimonial não forem iguais ou inferiores a 1, é que a licitante deverá comprovar que possui capital social OU patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% do valor da contratação. (GN)

3.1.12. Isso, pois, a escolha do método avaliativo deverá ser feita com razoabilidade, porquanto os índices certamente não refletem a mesma situação financeira quando confrontado com segmentos distintos da atividade econômica. Nesse sentido, uma empresa que tenha feito vultoso investimento e, portanto, aumentado sua capacidade e porte, terá, como consequência, a brusca redução de seus índices, nada obstante tenha aumentado seu porte. Neste exemplo, a empresa estaria sumariamente fora da disputa, embora estivesse financeiramente apta a fornecer com qualidade e preço para a Administração.

3.1.13. Mais especificamente no ramo automotivo, as montadoras historicamente investem um valor substancialmente alto em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos. Por outro lado, é fato público e notório os efeitos financeiros que a pandemia recentemente gerou no fluxo de caixa das empresas. Esses acontecimentos refletem nos cálculos dos índices do período, o que não significa que a empresa esteja passando por incapacidade e/ou dificuldades financeiras, pois tal situação normaliza nos exercícios subsequentes, especialmente no caso de montadoras multinacionais e centenárias - como a **FORD** - que possuem vasto potencial de recursos.

3.1.14. De outra parte, destaca-se que o capital social tem grande importância no patrimônio líquido das empresas, sendo certo que observá-lo conforme determina a legislação se revela como medida extremamente relevante à Administração Pública.

3.1.15. Para se ter uma noção, o capital social totalmente subscrito e integralizado da **FORD** atualmente é de R\$ 17.466.592.102,00 (dezessete bilhões, quatrocentos e sessenta e dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil cento e

dois reais). Tal condição, somada as outras diversas comprovações de capacidade operacional, seguramente demonstram a capacidade de execução esmerada do contrato.

3.1.16. Há situações, ainda, que merecem interpretação diferenciada. Em grandes corporações (como é o caso da **FORD**), não é raro a matriz conceder empréstimos ou repasses de valores a suas filiais ou subsidiárias sediadas em outros países. Com isso, a empresa se torna devedora e tem como resultado a queda dos índices, contudo a sua credora é própria matriz, pertencente ao organismo da companhia. Nesta circunstância, não é razoável limitar a participação da empresa que não atinja os métodos avaliativos por dívidas contraídas dentro da estrutura orgânica da companhia.


3.1.17. Desse modo, se pode seguramente entender que a ampla possibilidade de comprovação das condições financeiras da execução satisfatória do objeto da licitação também é um direito subjetivo de todas as empresas participantes da disputa, visto que a Legislação faculta a apresentação dos dois tipos de comprovações (capital social ou patrimônio líquido).

3.1.18. Em uma interpretação teleológica do artigo da Lei e das orientações doutrinárias se pode concluir que ambos visam permitir que Administração Pública tenha meios eficazes para verificar se a empresa vencedora do certame reúne condições financeiras para executar satisfatoriamente o objeto da licitação, evitando futuras soluções de continuidade das aquisições ou das prestações dos serviços públicos, protegendo, assim, os interesses públicos primários e secundários.

3.1.19. Por outro lado, importante lembrar que a própria legislação prevê outros métodos igualmente eficazes a permitir que a Administração realize contratações de maneira totalmente segura, como, por exemplo, a exigência de apresentação de seguro-garantia para a execução do contrato.

3.1.20. A fim de demonstrar a total pertinência e legalidade do presente pleito requerido pela **FORD**, é de rigor destacar diversos outros editais com o mesmo objeto, quantitativos, prazos e forma de fornecimento realizados por diversos órgãos da esfera federal nos últimos anos igualmente estipularam que a análise da qualificação econômico-financeira das licitantes que porventura não atingissem os índices do balanço patrimonial também poderia ocorrer através da comprovação de percentual mínimo do capital social, conforme se comprova através dos seguintes processos:


- a) Edital de Pregão Eletrônico n.º 118/2021 - SEI N.º: 25000.034402/2021-71:



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 118/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**


SEI Nº: 25000.034402/2021-71
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data: 18/10/2021
Horário: 09:00 horas (Horário de Brasília)
Local: <http://www.gov.br/compras/pt-br>



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

11.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, **o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.


b) Edital de Pregão Eletrônico n.º 145/2021 - SEI Nº: 25000.034402/2021-71:



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 145/2021
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

SEI Nº: 25000.034402/2021-71
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data: 19/11/2021
Horário: 09:00 Horas (Horário de Brasília)
Local: <https://www.gov.br/compras/pt-br>



MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE

11.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, **o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

c) Edital de Pregão Eletrônico n.º 24/2019 - SEI Nº: 08650.010286/2019-15:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL - COMPRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2019

(Processo Administrativo nº 08650.010286/2019-15)

8.8.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

d) Edital de Pregão Eletrônico nº 33/2020-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF Processo nº 08200.001235/2020-26:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE COMPRAS - SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Edital nº 33/2020-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.001235/2020-26

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados) para uso no policiamento, patrulhamento e investigação, a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da Polícia Federal, bem como demais ações de segurança pública em conformidade com a legislação e no auxílio a outros órgãos públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

e) Edital de Pregão Eletrônico Nº 01/2020 - Processo Nº 08012.001458/2020-19:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2020

PROCESSO Nº 08012.001458/2020-19

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículos sedan's para atender demanda da Secretaria Nacional do Consumidor para o reaparelhamento dos Procons dos Municípios do Estado de São Paulo, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no instrumento convocatório.

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

f) Edital de Pregão Eletrônico n.º 09/2021-
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - Processo nº 08200.001235/2020-26:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE COMPRAS - SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Edital nº 09/2021-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.001235/2020-26

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de veículos policiais ostensivos (caracterizados) e reservados (descaracterizados) para uso no policiamento, patrulhamento e investigação, a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da Polícia Federal, bem como demais ações de segurança pública em conformidade com a legislação e no auxílio a outros órgãos públicos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

g) Edital de Pregão Eletrônico n.º 17/2021-
SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF - Processo nº 08200.001235/2020-26



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE COMPRAS - SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Edital nº 17/2021-SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

Processo nº 08200.001235/2020-26

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **Aquisição de veículos policiais reservados (descaracterizados) BLINDADOS** a fim de auxiliar na prevenção e repressão de crimes, em todo o território nacional, cuja atribuição seja da Polícia Federal, bem como demais ações de segurança pública em conformidade com a legislação e no auxílio a outros órgãos públicos, conforme as especificações descritas neste Edital e seus anexos.

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, **o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.**

h) Edital de Pregão Eletrônico N.º 40/2020:



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 508, - Bairro Zona Cívico Administrativa,
Brasília/DF, CEP 70064-900
Telefone: (61) 2025-9513 - <https://www.justica.gov.br>

EDITAL N.º 40/2020

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição de veículos utilitário 4x4, sedan médio e ambulância** para honrar os Acordos de Cooperação Federativa com os Estados Conveniados (Legado), atender as demandas operacionais da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública - DFNSP e da Diretoria de Políticas de Segurança Pública - DPSP, para o reaparelhamento dos órgãos de Segurança Pública estaduais, bem como visando atender as demandas da Secretaria de Operações Integradas - SEOPI, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

10.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, **o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.**

3.1.21. Embora os argumentos amplamente apresentados apresentem a clara necessidade de alteração da atual exigência editalícia, também é importante destacar que a própria legislação prevê outros métodos igualmente eficazes a permitir que a Administração realize contratações de maneira totalmente segura,



tais como, por exemplo, a exigência de apresentação de seguro-garantia para a execução do contrato.

3.1.22. Portanto, diante da previsão legal e do entedimento adotado em recentes editais publicados pelo Ministério da Saúde nos últimos anos, a FORD requer seja incluída na Cláusula 9.11.4 a possibilidade de que análise da qualificação econômico-financeira das licitantes também possa ocorrer através do percentual de capital social.

3.2. DAS EXIGÊNCIAS QUE RESTRINGEM A COMPETITIVIDADE DA LICITAÇÃO

3.2.1. Antes de adentrar ao mérito das questões referentes as potenciais restrições técnicas da atual versão do edital, é importante mencionar que a FORD foi uma das fabricantes de veículos que participou ativamente das discussões/audiências públicas realizadas pelo Ministério da Cultura com as mais diversas empresas do ramo.

3.2.2. Tanto é verdade o alegado que a FORD apresentou orçamento orientativo para fornecimento do seu veículo Transit Furgão L2H3 10.7M³ com adaptações semelhantes ao projeto descrito no Apêndice técnico do edital, inexistindo, por outro lado, qualquer devolutiva negativa ou rejeição por parte dos representantes do Ministério da Cultura. Tais razões levam a crer que o veículo da FORD foi devidamente avaliado e considerado como um dos potenciais fornecedores.

3.2.3. Dessa forma, reputam-se como restritivas algumas das dimensões/medidas dos veículos contidas no Apêndice I - Descritivo Técnico MovCEU, sendo eles:

a) Altura mínima do veículo:

Tamanho do veículo

Capacidade Volumétrica: mínimo de 10m³.

Teto: Alto

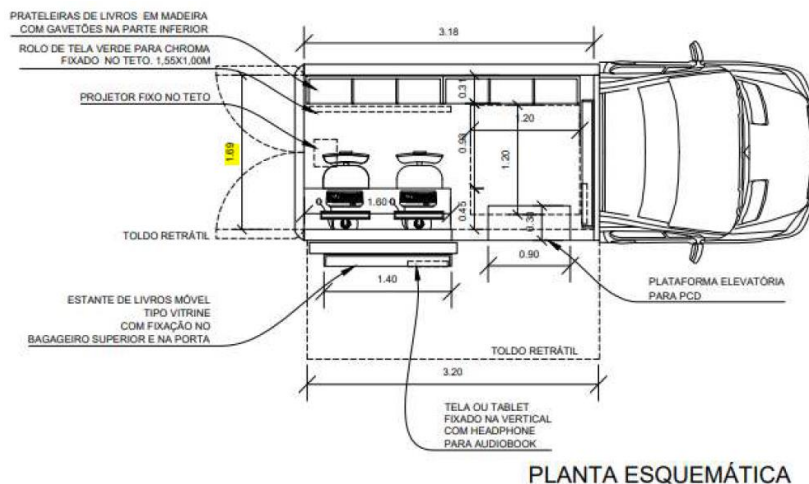
Comprimento/altura: 5.00mm (mínimo)/ 2.800mm (mínimo)

Largura: 2.200mm (mínimo)

Capacidade mínima de Carga: 1200Kg ou superior.

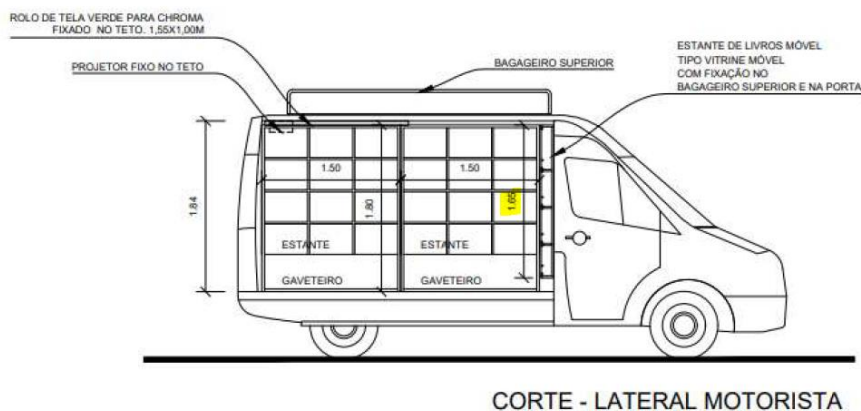
- O veículo Transit Furgão L2H3 10.7M³ possui altura externa de 2.769mm;

b) Largura do vão porta traseira de 1,69m:



- O veículo Transit Furgão L2H3 10.7M³ possui largura do vão de porta traseira de 1.565mm;

c) Altura do vão porta lateral de 1,65m:



- O veículo Transit Furgão L2H3 10.7M³ possui altura do vão de porta lateral de 1.565mm;

3.2.4. O veículo que a **FORD** pretende ofertar na licitação em referência atende a todos os itens exigidos no edital. Contudo, as exigências mencionadas nos itens acima restringem grande parte dos potenciais concorrentes do certame e direciona o objeto da licitação para poucos veículos que atualmente existentes no mercado.

3.2.5. Em razão disso, tal ponto foi abordado nesta impugnação devido a proibição legal da Administração Pública admitir e/ou tolerar cláusulas editalícias que direcionem o certame a uma empresa (ou a um grupo específico) ou que ilegalmente restrinjam o seu caráter competitivo, sob pena de anulação dos

atos e penalização dos responsáveis. Essa é a inteligência disposta no inciso I6, do §1º do Artigo 3º da Lei Federal n. 8.666/1.993.

3.2.6. Nesse sentido, é dever do administrador público, ao instaurar processo licitatório para quaisquer aquisições/contratações, zelar para que o certame consiga abranger o maior número possível de fornecedores/participantes, aumentando, por conseguinte, a competitividade e a possibilidade de obtenção de proposta vantajosa. Isso é decorrente do princípio da competitividade, pois a competição é exatamente a razão principal do procedimento da licitação e, assim sendo, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado.

3.2.7. Com a mesma importância do princípio da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa, também revela-se de grande magnitude o princípio da economicidade, que, em breve resumo, traduz a obrigação da Administração Pública em obter os melhores resultados utilizando-se do menores recursos possíveis. Assim, tolerar que um edital contenha exigência técnica que pode ser atendida por mais de uma especificação e optar pela que mais traz desvantagem aos anseios públicos pode ser interpretada como afronta preceito Constitucional e Legal da economicidade/vantajosidade.

3.2.8. Ante as questões técnicas e as indagações suso mencionadas, é inevitável concluir que os anseios do Ministério da Saúde podem facilmente serem atendidos com veículos da **FORD**, razão pela qual seguramente se conduz, s.m.j, à necessidade de ajustar as especificações técnica mínimas do edital.

3.2.9. Com essa ação, a Administração Pública, além de suprimir exigências restritora, aumentará a competitividade do certame, posto que a gama de eventuais licitantes poderá ser ampliada e a chance de obtenção de propostas mais vantajosas será maior.

4. DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

4.1.1. Os princípios que regem a atuação da Administração Pública são cristalino ao vedarem qualquer restrição irregular ao caráter competitivo da licitação. Dispõe o texto constitucional, em seu Artigo 37, Inciso XXI que a

⁶ § 1º É vedado aos agentes públicos:
(...)

comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

administração pública obedecerá, dentre outros, os princípios da **legalidade**, impessoalidade e moralidade, assegurando, inclusive, igualdade de condições aos concorrentes.

4.1.2. Esclarecendo o princípio da legalidade imposto à Administração Pública, diz o saudoso doutrinador Hely Lopes Meirelles:

Aqui fazemos menção ao Princípio da Legalidade da Administração, que preconiza pela atuação administrativa segundo a Lei, ou seja, atuação mediante a observação irrestrita das disposições contidas na Lei. Pelo Princípio da Legalidade Administrativa, “não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na Administração Particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa “Pode fazer assim”; para o administrador público “deve fazer assim” – (Direito Administrativo Brasileiro. 26ª ed. São Paulo. Malheiros Editores, 2001, pg. 82).

4.2. Nesse sentido, como é sabido e consabido na área de direito administrativo, mais especificadamente no ramo de licitações e contratos, é defeso à Administração Pública, em editais e demais ajustes, admitir e/ou tolerar cláusulas que direcionem o certame a uma empresa (ou a um grupo específico) ou que ilegalmente restrinjam o seu caráter competitivo, sob pena de anulação dos atos e penalização dos responsáveis. Essa é a inteligência disposta no inciso I7, do §1º do Artigo 3º da Lei Federal n.º 8666/93 e no inciso I do §1º do Artigo 3º da Lei Estadual n.º 9.433/05.

4.3. Nessa senda, é dever do administrador público, ao instaurar processo licitatório para quaisquer aquisições/contratações, zelar para que o certame consiga abranger o maior número possível de fornecedores/participantes, aumentando, por conseguinte, a competitividade e a possibilidade de obtenção de proposta vantajosa. Isso é decorrente do princípio da competitividade, pois a competição é exatamente a razão principal do procedimento da licitação e, assim sendo, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública, encontrar o melhor contratado.

4.4. A inclusão de cláusulas restritivas sem embasamentos técnicos e/ou jurídicos que as justifiquem necessariamente conduz a uma diminuição parcial ou completa de possíveis fornecedores do objeto licitado.

4.5. Com a mesma importância do princípio da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa, também revela-se de grande magnitude o princípio da economicidade, que, em breve resumo, traduz a obrigação da

⁷ § 1º. É vedado aos agentes públicos:
(...)

comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

Administração Pública em obter os melhores resultados utilizando-se do menores recursos possíveis. Assim, tolerar que um edital contenha exigências habilitatórias que podem ser atendidas por mais de um método e optar pelo que mais traz desvantagem aos anseios públicos, pode ser interpretada como afronta preceito Constitucional e Legal da economicidade/vantajosidade.

5. DOS REQUERIMENTOS

5.1. Em síntese, requer seja conhecida a presente impugnação, porquanto devidamente pertinente e tempestiva, para que, no mérito, sejam analisados os pontos detalhados nesta petição para alterar o método avaliativo da qualificação econômico-financeira das licitantes e ajustar algumas das especificações técnicas dos veículos, buscando afastar a indevida restrição de competitividade e/ou irregularidade que possa maculará o procedimento que se iniciará.

5.2. Outrossim, considerando que a sessão pública eletrônica está designada para 04/12/2023, requer, ainda, seja conferido efeito suspensivo a esta impugnação, adiando-se a referida sessão para data posterior à solução dos quesitos ora apresentados. Caso assim não seja entendido, há o iminente risco de todo os procedimentos descritos no artigo 4.º da Lei 10.520/2002 serem considerados inválidos, tendo em vista os todos os apontamentos amplamente defendidos.

5.3. Caso não alterado o edital e esclarecidos os pontos ora invocados, requer seja mantida a irresignação desta impugnante, para posterior juízo de anulação por parte da autoridade competente para tanto.

Por todo o exposto,
PEDE DEFERIMENTO.

São Paulo, 28 de novembro de 2023.



FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA
Danilo Massini - OAB/SP 292.722
Fone: (11) 4174-5713/E-mail: dmassini@ford.com